



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA ENFRENTAR O TRÁFICO DE ANIMAIS NO RIO GRANDE DO SUL/RS ATRAVÉS DE UM PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA FAUNA SILVESTRE¹

Emerson Strack Skrabe²
Naná Minini Medina³

RESUMO

Um dos maiores problemas ambientais da atualidade é o tráfico de animais. Essa modalidade de tráfico é a terceira colocada nesse tipo de ilícito, só perdendo para os tráficos de drogas e armas. São inúmeras as variáveis a serem consideradas envolvendo essa problemática: está culturalmente enraizado, especialmente quanto às motivações individuais relativas à posse dos animais; as políticas públicas adotadas até o momento ainda não atingiram a eficácia e a eficiência necessárias; a legislação brasileira também não é plenamente eficaz no combate a esse ilícito; há poucos projetos de educação ambiental para tratar desse problema. Assim, o objetivo deste trabalho foi desenvolver um diagnóstico participativo do tráfico de animais silvestres no Estado do Rio Grande do Sul visando levantar subsídios para um plano de educação ambiental para a região. Para a construção deste projeto, optou-se pela escolha de métodos quantitativos, em especial a pesquisa-ação; com a utilização, numa primeira fase, de entrevistas semi-estruturadas com uma amostragem intencional. Foram escolhidos para o universo amostral, criadores registrados no IBAMA em diferentes categorias: criadores amadoristas de passeriformes, criadores científicos, criadores conservacionistas, jardins zoológicos e comerciantes de fauna do estado do Rio Grande do Sul. Na segunda etapa, buscou-se a construção de um diagnóstico participativo e de um plano de ações em educação ambiental em reunião com os entrevistados. A Educação Ambiental foi maciçamente considerada como a ferramenta a ser utilizada para combater a prática de comprar ou presentear as pessoas com animais de origem ilegal. As respostas dos entrevistados, quanto à rota do tráfico, concordaram com os dados da fiscalização e da bibliografia. Como grande e principal ação educativa, definiu-se pela divulgação da campanha em todo o Estado. Assim, acredita-se que a educação ambiental é ferramenta fundamental numa eficiente e eficaz gestão ambiental da fauna silvestre.

Palavras-chave: tráfico de animais, educação ambiental, gestão ambiental, pesquisa-ação.

¹Este artigo é baseado em Dissertação de Mestrado pela Fundação Universitária IberoAmericana FUNIBER

²Mestrando em Gestão Ambiental pela Fundação Universitária IberoAmericana FUNIBER e Analista Ambiental do IBAMA. E-mail: emerson.skrabe@yahoo.com.br

³Doutorado em Administração, Didática e Metodologia pelo Instituto Magisteral Superior IMS do Uruguai. E-mail: nana@funiber.org.br

ABSTRACT

Animal trafficking is the third largest illegal trade following arms trafficking and drug trafficking. There are many variables regarding this problem. Animal trafficking is part of the Brazilian culture, especially because of the motive of individual possession. The politics have not reached the necessary efficiency and efficacy as the Brazilian legislation is not totally effective against the illegal trading. There are few environment education projects about this issue. The aim of this research is to develop a participatory appraisal of the wild animal trafficking in Rio Grande do Sul aiming to raise elements for an environment education project. In the action research a qualitative method was used in the construction of this work. Semi-structured interviews with convenience sampling started the first part of it. For the sample were chosen registered captive breeders in IBAMA in different categories: bird-keepers, scientific breeders, conservationist breeders, zoos and wildlife traders in the state of Rio Grande do Sul. And then, the construction of the participatory appraisal and environment education projects with the participation of the interviewers. The environmental education was considered an essential way of stopping the selling and giving of animals illegally. The trafficking route inspection and bibliography coincided with the interviewers' answers. The main educational goal was to divulge the campaign throughout the entire state. Environment education is fundamental for efficient wild-life management.

Keywords: animal trafficking, environmental education, environmental management, action research

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países com uma das maiores biodiversidades do planeta e com um grande número de espécies da fauna ameaçadas de extinção. As principais ameaças à fauna, relacionam-se, em primeiro lugar, à perda ou alteração de habitat: supressão da vegetação, exploração madeireira, queimadas, conversão de campos, monoculturas, poluição, construção de hidrelétricas; seguidas da caça, perseguição, pesca predatória e comércio ilegal; além da introdução de espécies exóticas (MACHADO, DRUMMOND e PAGLIA, 2008).

O tráfico de animais é a terceira colocada nesse tipo de ilícito, só perdendo para os tráficos de drogas e armas. As espécies retiradas da natureza vão parar ou em cativeiros domésticos, ou viram de troca entre colecionadores, zoológicos e instituições de pesquisa (RENCTAS, 2001).

Historicamente, desde o início da colonização européia, a população brasileira tem capturado, comprado, recebido e mantido animais silvestres em cativeiro. Apesar dos avanços, especialmente no campo científico, das concepções sobre a natureza e a fauna silvestre; e os avanços legais, que proibiram e criminalizaram essa prática, ainda há um grande número de pessoas que continuam a manter animais silvestres em cativeiro, fomentando a retirada e o tráfico de espécies. Não há uma percepção clara em toda a sociedade dos prejuízos a biodiversidade causados pela manutenção dos animais em cativeiro, e da prática estar tipificada como crime ambiental na Lei 9.605 de 1998. O IBAMA, enquanto órgão gestor federal do meio ambiental também tem como atribuição, além das atividades de fiscalização e controle, a função de orientação e educação

ambiental. Assim, o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançaram no dia 16 de outubro de 2008 a Campanha Nacional de Proteção à Fauna, com o slogan “Isso acontece porque você compra”. Portanto, é extremamente importante discutir-se o planejamento de programas de educação ambiental para o combate ao tráfico de fauna no estado do Rio Grande do Sul.

Dentro deste problema existem questões as quais pretende-se refletir: Por que as pessoas querem ter animais silvestres em cativeiro, contribuindo assim para o tráfico de animais? O que é possível fazer, em termos de Educação Ambiental, para que as pessoas reflitam quanto à sua concepção no que se refere a este problema? E porque existem os traficantes de animais? O permite e estimula a existência deste tipo de prática ilícita? As pessoas compreendem se suas práticas possam estar contribuindo para o fomento do tráfico e para o prejuízo a biodiversidade?

O tráfico de animais no Brasil envolve duas vertentes. O tráfico interno envolve diversas pessoas que criam animais em casa, com ou sem anuência do IBAMA, e que, ao comprarem animais, acabam por estimular essa movimentação de animais. Pequenas agropecuárias, vendedores de “porta em porta” nas áreas rurais ou periferias das grandes cidades também são elementos que contribuem para essa prática. A outra vertente do tráfico da fauna é internacional, envolve toda uma rede especializada, e valores bastante significativos, além de toda uma série de procedimentos ilegais (RENCTAS, 2001).

Outros aspectos também devem ser considerados, como a dependência econômica dos coletores, geralmente moradores pobres de áreas rurais do Brasil; e as grandes quantias envolvidas no tráfico internacional. A legislação brasileira também não é plenamente eficaz no combate a esse ilícito; e as motivações individuais relativas à posse dos animais também são importantes. Ainda há uma série de outros problema nas criações ilegais em cativeiro: a crescente introdução de espécies exóticas invasoras; problemas econômicos e de saúde pública (por exemplo, os javalis em áreas rurais do Estado têm causado inúmeros prejuízos à agropecuária); diversos problemas ecológicos, principalmente ligados ao desequilíbrio dos ecossistemas, etc.

No Rio Grande do Sul, diversas práticas culturais tem ameaçado a fauna silvestre. Desde as brincadeiras infantis que atingem diretamente a fauna, até a manutenção de espécies em cativeiro, seja por criações registadas ou não. Inúmeras pessoas, consideradas

“cidadãos de bem”, desejam possuir um animal em cativeiro e, devido ao alto preço nas lojas legalizadas, as mesmas acabam comprando animais no mercado ilegal. Alguns colecionadores com um bom nível econômico, entretanto, preferem as espécies ameaçadas devido à dificuldade de obtenção. Também é comum a captura de animais da natureza por criadores legalizados, que utilizam a licença ou registro do IBAMA como fachada legal. Muitas dessas pessoas acabam por apegar-se afetivamente aos animais não conseguindo mais se separarem deles. Já estes não conseguem mais voltar a viver em vida livre, pois acabam sendo domesticados. Cria-se uma falsa noção que se as pessoas “criam bem” esses exemplares da fauna. Na visão do senso comum, “não há mal algum”. Até mesmo parte da mídia e do Poder Judiciário reproduzem essas formas de pensamento.

O atual modelo de controle e monitoramento não tem sido suficiente para combater o tráfico de animais silvestres. Dois são os motivos principais: os mecanismos de fiscalização, sanções e punições são muito frágeis, não sendo eficazes nas penalidades e mesmo em todo o procedimento processual, o que traz a impressão de que o crime contra os animais silvestres permanece impune, ou que, as penas são tão pequenas que este crime compensa. O segundo motivo é que o tráfico é alimentado por aqueles que compram e mantêm esses animais em cativeiro, fator que estimula o tráfico (BONFANTI *et al.* 2008). Esse mecanismo funciona de forma semelhante ao tráfico de drogas ou a pirataria. E mirando-se nesses exemplos, verifica-se que o simples endurecimento de ações repressivas, isoladas, tem sido incapazes de realmente atacar os problemas relacionados as mais diferentes modalidades de tráfico. Sendo assim, somente um amplo processo de mudança sócio-cultural é capaz de realmente uma grande e efetiva mudança de tais práticas.

Assim, o problema do tráfico de animais silvestres no estado do Rio Grande do Sul é muito mais grave do que possa parecer. É difícil descobrir as rotas e os envolvidos nessa prática, quais são as motivações destes e daqueles que adquirem e mantêm os animais em cativeiro. Apesar de iniciativas individuais e pontuais de alguns grupos, não há uma intervenção mais sistemática e planejada, um projeto de combate ao tráfico de animais silvestres. O problema é bastante complexo, e exige a intervenção em várias frentes. Neste trabalho, será analisada a utilização da Educação Ambiental como ferramenta preventiva a esta prática, partindo das concepções de grupos envolvidos.

O Tráfico de Animais

O tráfico de animais, como qualquer crime organizado, revela aspectos de funcionamento que o distingue das demais ações ilegais. No entanto, a face mais complexa apresentada pelo tráfico ilegal de animais selvagens diz respeito à cooperação quase ingênua oferecida pela tradição do interior do Brasil de caça e captura dos animais selvagens (LOPES, 2008). Calcula-se que do volume total de animais envolvidos no tráfico, cerca de 60% sejam comercializados no País; os outros 40% são destinados ao mercado internacional. Ou seja, a maior parte do tráfico permanece no país (RENCTAS, 2001). Todos os animais sofrem maus-tratos no esquema do tráfico, no qual se incluem práticas como dopá-los ou embriagá-los, queimar as córneas, serrar e arrancar seus dentes e garras, cortar as penas das asas, entre outras. De cada dez animais traficados, apenas um sobrevive (LIMA, 2006).

O quadro econômico pouco favorável encontrado em muitas zonas rurais do Brasil tem contribuído de maneira significativa para o crescimento da captura de animais da natureza. Infelizmente, nas áreas de captura não existe quase atividade econômica produtiva (LOPES, 2008; BONFANTTI *et al.* 2008).

Os principais motivos pelos quais essa atividade cresce no Brasil e no mundo, segundo dados da RENCTAS (2001), são: o tráfico de drogas está cada vez mais arriscado e difícil; uma parte das polícias, alfândegas e autoridades judiciais ainda freqüentemente consideram que o comércio ilegal de fauna silvestre não é um crime sério, ou é um crime de menor potencial; o contrabando de maior porte envolve comerciantes brasileiros, ou estrangeiros familiarizados com todas as formas de corrupção.

O comércio ilegal de animais envolve muitas e variadas atividades fraudulentas, que mudam de ano para ano. Assim que um tipo de fraude é detectado, outro já está emergindo. Todavia, há 4 principais categorias: (1) contrabando; (2) uso de documentos legais para cobrir coisas ilegais; (3) uso de documentos falsos; (4) outros tipos de fraude (RENCTAS, 2001). Recentemente, foi defraudada uma grande operação do IBAMA com a Polícia Federal que desvendou um tipo específico de atividade fraudulenta: criadores registrados no IBAMA clonavam (copiavam) ou adulteravam as anilhas de identificação dos animais para colocá-las em animais capturados da natureza.

Outros dois pontos importantes a serem discutidos são as categorias de

manejo e a destinação dos animais apreendidos. O IBAMA prevê, segundo a Instrução Normativa 169 de 2008, as seguintes categorias de manejo de fauna silvestre em cativeiro: jardim zoológico, centro de triagem, centro de reabilitação, mantenedor de fauna silvestre (ex-criador conservacionista), criadouro científico para fins de pesquisa e para fins de conservação, criadouro comercial, estabelecimento comercial, abatedouro e frigorífico da fauna silvestre. As três últimas categorias não podem receber animais apreendidos (ou seja, o estabelecimento comercial, abatedouro e frigorífico), enquanto as demais podem recebê-los desde que mantidas para o fim previsto e seguindo as orientações legais. Além destas, também há a categoria criador amadorista da fauna silvestre, a qual é regulamentada pela Instrução Normativa 001 de 2003 do IBAMA. Cada uma destas categorias tem um objetivo de criação.

Geralmente, os animais apreendidos pelos órgãos fiscalizadores chegam primeiramente aos Centros de Triagem (CETAS) ou Centros de Reabilitação (CRAS). Nestes centros, faz-se a identificação e triagem desses animais e são prestados todos os cuidados até que estes tenham condições de serem encaminhados. Os CRAS fazem, após esses cuidados, a soltura imediata, caso a avaliação feita por esses centros conclua que é possível esse procedimento; caso contrário os animais seguem para destinação. Os animais que saem dos CETAS ou dos CRAS são então destinados então a uma cinco categorias já citadas anteriormente.

Alguns procedimentos de destinação, porém, precisam ser revistos. Primeiro, há poucos CETAS, o que dificulta a adequada identificação, triagem e cuidados com os animais. Também são poucos os mantenedores de fauna, criadores científicos e jardins zoológicos habilitados para receberem os animais apreendidos. Além disso, na prática, alguns criadouros comerciais que deveriam contribuir para a redução da retirada de animais da natureza, não exercem este papel, devido aos métodos já descritos de fraude, os quais também acontecem em menor grau com mantenedores e zoológicos.

Há uma ampla discussão quanto ao papel dos criadores comerciais, se estes contribuem para o tráfico ou para seu combate. O plantel desses criadores inicia geralmente somente com animais que forma capturados e entregues pelo poder público, sendo que esses exemplares não podem ser comercializados; e continua com a reprodução em cativeiro,

podendo os filhotes serem vendidos. Os que defendem a primeira posição colocam que é eticamente duvidoso o poder público destinar animais do tráfico para alguém que obterá lucros com eles; que esses criam uma maior demanda por mais animais e de diferentes espécies; além da dificuldade de controlar se o plantel é realmente nascido em cativeiro ou possui animais do tráfico. Já os que defendem a categoria, afirmam que, uma vez que há uma demanda por um mercado de animais silvestres, estes devem ser criados em cativeiro para tal fim; que à medida que aumentam as criações, os preços diminuem e, conseqüentemente, o tráfico (um dos argumentos para a continuidade do tráfico é o alto preço dos animais legais). Não será defendida nenhuma posição nesse momento, a não ser aquela que a regra já está posta e deve ser cumprida. Apesar dessas dificuldades, é importante criar um ambiente de cooperação com essa categoria, tornando-a co-autora num amplo programa de educação ambiental, e os atores mais envolvidos no combate ao tráfico, o que também aumenta a responsabilidade desses criadores.

Outra discussão é quanto aos criadores amadoristas. Esses não recebem animais apreendidos, apenas mantém suas coleções particulares como hobby e podem reproduzir e criar os filhotes - nesse caso, apenas da ordem Passeriformes da Classe Aves, conforme o anexo I da Instrução Normativa 01 de 2003 do IBAMA. Muitos, entretanto, comercializam animais com outros criadores amadoristas e mantêm coleções com centenas de espécimes, descaracterizando totalmente uma atividade amadora. Além disso, o grande foco do tráfico de silvestres são justamente os Passeriformes - e as espécies mais apreendidas pelos órgãos de fiscalização são as preferidas dos chamados criadores amadoristas. São destes criadores que tem sido apreendidos o maior número de animais traficados ou diretamente capturados. Todavia, apenas para exemplificar, só no Rio Grande do Sul, temos mais de 10 mil criadores nessa categoria, o que mostra como essa prática é amplamente difundida e a dificuldade em se fiscalizar todos esses criadores. O que se verifica na prática é uma série de pequenas irregularidades nas criações, algumas por ignorância dos criadores, outras por má-fé. Certamente, no momento, essa é uma categoria que merece uma ampla atenção e um trabalho específico de educação ambiental. Um trabalho de educação ambiental poderia trazer à discussão as demandas da categoria, no sentido de contribuir para a proposição de políticas públicas mais adequadas às diversas realidades desses criadores, e a utilização das ferramentas de ordenamento mais adequadas a essa atividade hoje.

Podem-se tecer outras importantes considerações sobre o tráfico de animais do ponto-de-vista da relação ética entre homens e animais (NACONENCY, 2006); analisando o atual sistema de punição (AKELLA *et all.*, 1996); do perfil sociológico e psicológico dos traficantes e dos fomentadores do tráfico (LARANJEIRAS, 2007; SOUZA, 2008), a inserção de práticas ilícitas no cotidiano (TELLEZ, 2007; MISSE, 2007) ou ainda outros aspectos. Nesse momento, atentaremos a discussão sobre possíveis causas e motivações relacionadas ao tráfico e o papel da educação ambiental no combate a essa prática.

Educação Ambiental

Vivemos no momento uma grande crise, que não somente econômica, mas uma crise civilizatória. Essa crise deriva de um visão científica cartesiana-mecanicista, baseada nos postulados de Francis Bacon, René Descartes e Isaac Newton. Nesse postulado científico, o mundo deve ser conhecido a partir da fragmentação. Esses valores criaram uma civilização em crise, onde predominam a solidão e o egoísmo humano (derivados da visão antropocêntrica e individualista); o consumismo supérfluo e a fragmentação ultra especializada do conhecimento, onde cada um conhece apenas partes de um campo do conhecimento e considera apenas este campo importante, mas há uma incapacidade de ver o todo, como Pelizzoli (1999) classifica como a matematização, o mecanicismo e o materialismo do mundo. Para Gonçalves (2000b), essa crise já foi primeiramente antevista por Freud, nos anos vinte, cunhada sob o termo “mal-estar da civilização”. Ainda como coloca Gonçalves (2000a), o homem expulsou o sagrado da natureza, à medida que passou a tratá-la como mero objeto e recurso. Pelizzoli (1999) conta que, a história da secularização do Ocidente, através do reforço da razão instrumental e da mercantilização, criou uma desencantamento do mundo, uma desespiritualização, pois retirou o sagrado da criação, uma vez que praticamente todas as religiões têm uma interação com a natureza a partir de rituais sagrados, e colocou no lugar as relações econômicas e a técnica como “semideuses”. O ateísmo, segundo o autor, seria ainda uma outra consequência do próprio modelo paradigmático. Assim, remete a necessidade de uma retomada de um novo teocentrismo, Deus sendo colocado no centro, mas agora considerando tanto a importância de um diálogo com a ciência como a incorporação dos conceitos ecológicos dentro de

novas teologias. Segundo Boff (2008), coloca que a atual crise é a conjugação das várias crises, algumas conjunturais e outras sistêmicas, e nos obriga a todos a trabalhar em duas frentes: uma buscando soluções imediatas dos problemas; e outra, fazendo uma crítica rigorosa aos fundamentos teóricos que nos levaram ao atual caos. O que a razão mais precisa neste momento é de ser urgentemente completada por outros tipos de razão, como a sensível, a emocional, a espiritual, etc. É dentro desse paradigma e dentro desse modelo de civilização que surge e se mantém o tráfico de animais.

Assim, o novo paradigma, podendo ser chamado de **ambientalismo, desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento**, coloca a necessidade de um desenvolvimento capaz de se manter ao longo do tempo, garantindo as condições para as atuais e futuras gerações, não superando a capacidade de regeneração da natureza, distribuindo as riquezas de forma equalitária, valorizando as capacidades e conhecimento regionais e respeitando as diferenças culturais (étnicas, de gênero, religiosas, etc.). É contrária, todavia, a política de acúmulo, de consumismo e geração infinita de lucro por alguns poucos. Embora ainda haja muitos pontos a serem discutidos quanto ao real significado e alcance do termo desenvolvimento sustentável, entretanto, os pontos já levantados continuam servindo de referência.

Também estão relacionados à emergência deste novo paradigma: as teorias sistêmicas e da complexidade; o princípio da incerteza e o caos, em contraposição ao controle e possibilidade de dissecação da natureza; a dualidade da natureza e a física quântica (oriundas do princípio onda-partícula dos átomos) contrariamente a física mecânica; o advento da Internet e da globalização, onde as há maior troca de informações e a criação de redes; o pós-modernismo; o resgate da espiritualidade. É dentro desse novo paradigma que faz-se necessário pensar uma educação ambiental voltado para uma nova relação entre o homem e a fauna.

Mininni (1997) afirma que devemos analisar como foi construído nosso conhecimento. Assim, o conhecimento pessoal é resultado de uma interação, muitas vezes inconsciente, entre significados pessoais e experiências, com os quais o mundo é interpretado, vivendo-se a partir de uma certa teoria pessoal ou visão de mundo específica. Assim, crenças, concepções, ideias formam tipos de esquemas de pensamento. Às vezes,

também entramos em conflito com nossos esquemas, possibilitando um novo aprendizado. O reconhecimento da complexidade da problemática sócio-ambiental põe em xeque conceitos e idéias profundamente arraigados, nos confrontando com a necessidade de reestruturações de nossas teorias pessoais.

A partir das contribuições de Mininni (1994), questiona-se qual concepção está permeando essa proposta de Educação Ambiental. Neste trabalho, está buscando-se uma aproximação com a EA numa vertente sócio-ambiental, numa perspectiva crítica; pois: busca entender as relações dinâmicas, historicamente e culturalmente construídas entre os homens e a natureza, sabendo que o meio ambiente é constantemente transformado através dessas relações; procura compreender as causas da problemática ambiental descrita em função das relações sociais, especialmente a influência de uma forma dominante de uma cultura de posse individualista; procura trazer novas formas de pesquisar e conhecer, numa perspectiva voltada à solução de problemas e valorizando o saber de outros atores.

Procura-se seguir as seguintes características metodológicas: enfoque sistêmico; multi e interdisciplinariedade; resolução de problemas; a tomada de decisões. E os seguintes preceitos-chave: éticos – solidariedade sincrônica e diacrônica, do conhecimento, da responsabilidade individual e coletiva compartilhada; conceituais – visão sistêmica e da complexidade, crítica, reflexiva e problematizadora; metodológicos – multi e interdisciplinariedade, resolução de problemas, pesquisa-ação e participação. Procura-se adotar os **princípios** da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável nos seguintes pontos: pensamento crítico e inovador; a formação de cidadãos com consciência local e planetária; baseada em valores humanos; em uma perspectiva holística, enfocando as relações humano-natureza de forma interdisciplinar; estímulo à solidariedade, igualdade, direitos humanos, democracia; abordagem dos problemas sociais numa perspectiva sistêmica e dentro de um contexto histórico; cooperação mútua e equitativa; valorização e apoio das diversas formas de conhecimento; democracia nos meios de comunicação em massa; integração de conhecimentos, atitudes, valores, aptidões e comportamentos; ética pela vida.

Segundo Quintas (2000), a Educação Ambiental deve ser direcionada para a compreensão e busca de superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação coletiva organizada. O modo de perceber determinado problema ambiental não é meramente uma questão cognitiva, mas é mediado por interesses econômicos, políticos, posição ideológica e acontece em um contexto social, político, espacial e temporal. A educação na gestão ambiental deve proporcionar a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades, e o desenvolvimento de atitudes visando à participação individual e coletiva na gestão de uso dos recursos naturais.

Oliveira (2003) aborda a Educação Ambiental sobre quatro correntes: a

conservacionista, voltada às consequências da degradação ambiental; a educação ao ar livre, ligado a atividades de lazer; gestão ambiental, derivadas dos movimentos sociais e de luta por uma maior participação democrática; e de economia ecológica, baseado nos conceitos de ecodesenvolvimento. Segundo o autor, grande parte dos projetos de educação ambiental ligada à fauna, ainda hoje, estão ligados a um modelo protecionista ou preservacionista, especialmente quanto à utilização de espécies bandeira. O autor critica essa posição, pois muitas empresas com problemas ambientais em outras áreas, por exemplo, acabam financiando projetos nessa linha, buscando na realidade fugir ou mascarar os problemas relacionados com as suas atividades. A crítica do autor quanto ao modelo conservacionista deve-se por seu caráter eminentemente de caráter individual, visando apenas uma mudança de comportamentos, sem um questionamento do modelo de sociedade. Martinez (2008) compartilha da mesma crítica ao modelo baseado em espécies ameaçadas. Procura-se discutir nesse trabalho, justamente, a superação desse modelo e a adoção de um modelo de EA voltado para a gestão ambiental.

Oliveira (2003) coloca ainda que reduzir a educação às fases infantil e juvenil é um erro lógico, que educação diz respeito a toda existência humana, deve ser, portanto, uma educação continuada. Assim, um projeto de EA de combate ao tráfico de animais, deve contemplar todas as faixas etárias, além de todos os grupos sociais, culturais, étnicos.

Freire (1996) coloca que o processo de ensino requer humildade por parte de quem ensina, pois “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Ou seja, os saberes de quem se propõe a um processo de ensino, inclusive na EA, são de fundamental importância na construção de novos conhecimentos. Assim, para Freire, ensinar exige várias características, que são comuns aos princípios da EA, como o respeito aos saberes dos educandos, ética, crítica, rigor metodológico, reconhecimento da identidade cultural, etc. O autor ainda ressalta que o processo educativo não é somente transferência de conhecimentos, mas possibilidades de construção.

Para Grün (1994), o papel central da Educação Ambiental na contemporaneidade é o questionamento dos valores, da subjetividade e da ética. É fundamental praticar uma gestão ambiental democrática, baseada no princípio de que todas as espécies têm direito à vida (QUINTAS, 2002). Assim, é necessária uma ação educativa específica para

desconstruir a noção antropocêntrica de posse, que está permeando a problemática do tráfico de animais, gerando maior consciência ambiental e, ao mesmo tempo, informando à população sobre as leis e diminuindo a ilegalidade do comércio de animais. Precisa-se criar uma consciência crítica a respeito do prejuízo causado pelo comércio ilegal de animais silvestres. Deve se repensar a necessidade de se manter animais em cativeiro, visto que a manutenção dos *habitats* nos permite a visualização e contemplação *in situ* da fauna. Pretende-se também, com o projeto, criar um ambiente positivo para dar visibilidade a este tema na opinião pública e na agenda governamental. Assim, com a realização deste projeto, têm-se a intenção de diminuir este mercado, diminuindo, conseqüentemente, a pressão sobre a fauna silvestre.

Nesse sentido, Boff (2000) salienta que não basta termos conhecimento sobre o mundo e o universo, precisamos da comoção e da experiência pessoal, pois somente uma relação pessoal com a Terra nos faz amá-la. E a quem amamos não exploramos, mas respeitamos e veneramos.

Assim, o objetivo geral desse trabalho é desenvolver um diagnóstico participativo do tráfico de animais silvestres no Estado do Rio Grande do Sul visando levantar subsídios para um plano de educação ambiental para a região.

Já os objetivos específicos são: levantar a percepção da comunidade envolvida com o manejo de fauna em cativeiro (amostragem entre mantenedores, criadores científicos e comerciantes de fauna silvestres e criadores amadoristas de passeriformes,) e gestores locais envolvidos quanto à dinâmica do tráfico da fauna silvestre no estado do Rio Grande do Sul; identificar parceiros, criar uma rede de cooperação e realizar um diagnóstico participativo; a partir do diagnóstico participativo, elaborar proposta de um plano piloto estadual de Educação Ambiental voltado ao manejo e tráfico de animais silvestres no estado do Rio Grande do Sul.

Metodologia

Este trabalho está sendo realizado em duas etapas não estanques, mas interligadas: uma etapa inicial de diagnóstico feito de forma conjunta; uma reunião de apresentação dos dados e preparação para a segunda etapa; a elaboração de linhas gerais para um plano de EA de combate ao tráfico da fauna no Rio Grande do Sul.

Na primeira etapa buscou-se construir um **Diagnóstico Participativo**, a partir dos seguintes passos: levantar dados já existentes sobre espécies e localidades onde foram feitos

os maiores números de apreensões; realizar entrevistas semi-estruturadas junto aos atores selecionados na área de estudo procurando reconhecer a percepção do problema ambiental pelos atores locais; construir, de forma democrática, em conjunto com os atores, um diagnóstico participativo em uma Reunião Oficina, definindo as ações prioritárias para aplicação de Campanha Nacional de Combate ao Tráfico no Rio Grande do Sul.

Assim, é possível pensar na **elaboração das linhas gerais de plano de ação**. A pesquisa-ação é uma das propostas para esse processo de pesquisa, onde atores e atrizes investigam conjunta e sistematicamente um dado ou uma situação com o objetivo de resolver um determinado problema. Consiste na coleta de informações sistemáticas com o objetivo de promover mudanças sociais, onde os pesquisadores reúnem dados, comprovações ou observações de situações de danos ambientais para apresentar propostas de mudanças (SATO, 2003).

A proposta metodológica de educação ambiental, construída durante a realização da reunião participativa, busca: (1) caracterizar as principais causas diagnosticadas pelos participantes; (2) verificar os encaminhamentos propostos; (3) construir o plano de campanha de educação; (4) avaliar as ações adotadas e traçar novos planos.

Embora categorizações muito rígidas das pesquisas sejam difíceis de serem utilizadas, devido ao caráter cada vez mais interdisciplinar destas, pode-se caracterizar essa etapa do projeto como Pesquisa Exploratória, visto que o objeto de estudo é pouco conhecido e pouco estudado. Até o momento, desconhece-se qualquer trabalho que utilize as técnicas e ferramentas propostas dentro do enfoque do tráfico de animais. Por outro lado, considerando-se os propósitos do presente estudo, também se entende esta como uma pesquisa descritiva, pois visa descrever, elucidar as concepções, opiniões, crenças e atitudes da população estudada.

Das técnicas apresentadas a que mais se relaciona com o tema de pesquisa, a pesquisa qualitativa é adequada ao projeto apresentado, uma vez que pretende exatamente compreender justamente as variáveis ligadas aos pontos de vista dos atores sociais envolvidos com o tráfico de animais silvestres - valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões, motivações. Assim, a proposta deste trabalho poderia ser caracterizada como um projeto de pesquisa-ação, visto que trata de um problema real diretamente ligado às comunidades – o tráfico de animais; e necessita de uma estratégia cooperativa, visto que os agentes estatais são incapazes de obter sucesso trabalhando isoladamente.

Como técnica propôs-se a utilização de entrevistas semi-estruturadas, procurando levantar as percepções dos grupos selecionados, através de um roteiro específico. Para sua realização, inicialmente buscou-se determinar o universo amostral, a partir de uma amostragem intencional, compreendido em categorias de criação e manejo de animais silvestres em cativeiro – criadores amadoristas de passeriformes, mantenedores de fauna silvestres, comerciantes de fauna silvestres, criadores científicos. Foram entrevistados três representantes de cada categoria. Todas estas categorias são regulamentadas pelo IBAMA e todos os selecionados estão em dia com o órgão. Essa técnica está relacionada a um diagnóstico sócio-ambiental participativo, portanto, e por isso, tal técnica mostra-se adequada, uma vez que este diagnóstico pressupõe a participação democrática dos envolvidos.

Consideraram-se os aspectos éticos envolvendo a pesquisa, de tal forma que os grupos que venham a participar o façam através de um consentimento livre e esclarecido, respeitando os documentos legais e a partir um Protocolo de Pesquisa bem conciso.

Assim, a partir do diagnóstico e na reunião participativa, traçou-se um primeiro plano de ação da Campanha Nacional de Proteção a Fauna no Rio Grande do Sul. Agora, deve se aplicar e avaliar a aplicação do primeiro Plano de Ação, procurando avançar nas ações no plano estadual, a partir da metodologia da pesquisa-ação, contando com o auxílio de parceiros levantados ao longo da área. Embora estejamos ainda construído o caminho para alcançarmos esse objetivo, este é o norte de todo este trabalho inicial. Assim, a fase de diagnóstico servirá justamente para subsidiar este trabalho de educação ambiental, que, por sua vez, se baseará na metodologia da pesquisa-ação para que resultados mais efetivos possam ser alcançados, saindo de uma EA “espontaneísta” para um trabalho mais focado e direcionado.

RESULTADOS

Entrevistas

As perguntas, de um modo geral, foram bem entendidas pelos entrevistados e atingiram os objetivos propostos, tendo sido necessárias poucas alterações, como a supressão de uma questão, por se mostrar redundante, e a modificação de outra para torná-la mais clara. A receptividade dos entrevistados também foi bastante positiva. Antes das

perguntas, o objetivo de trabalho foi explicado, e as cartas de apresentação foram entregues. Após, em praticamente todas as entrevistas, aconteceu uma continuidade, de maneira mais informal, numa espécie de “bate-papo pós-entrevista”, mas que trouxe muitas contribuições importantes.

As perguntas de 1 até 4 são apenas de dados básicos dos entrevistados. As demais perguntas são analisadas a seguir.

Na questão 5, perguntou-se sobre o grau de instrução dos entrevistados.

Científicos 3 PG *Comerciantes* 1 MC, 2 SI *Zoológicos* 1 SI, 2 PG
Conservacionistas 1 MC, 2 SI *Amadoristas*: 1 MI, 2 MC

Legenda: PG – pós-graduação; SI – superior incompleto; MC – médio completo; MI – médio incompleto

Conforme o tipo de categoria há diferenças no grau de instrução, e, em geral, também há uma certa mudança relacionada à concepção de posse ou manejo da fauna relacionadas ao grau de instrução. Além disso, por definição, os responsáveis por pesquisas só podem ser pós-graduados.

6 e 7 - Porque você está registrado no IBAMA na sua categoria? Qual o objetivo de sua criação?

As respostas foram dadas em função dos objetivos das categorias, o que demonstra conhecimento dos entrevistados quanto ao seu papel.

8 - Há quanto tempo desenvolve este trabalho?

() *Menos de 1 ano* () *Mais de 1 ano, menos de 5* () *Mais de 5 anos, menos de 10* () *mais de 10 anos*

As atividades desenvolvidas há mais tempo são de criação amadorista (a resposta indicada como 1 a 5 anos indica somente o tempo de atividade da associação), embora alguns criadores conservacionistas, científicos e jardins zoológicos também desenvolvam há bastante tempo, mais de 10 anos. Há alguns novos criadores conservacionistas e zoológicos. Os comerciantes, por sua vez, são os que desenvolvem suas atividades há menos tempo, em torno dos 5 anos. Essa característica certamente mostra uma intencionalidade desta última atividade em regulamentar suas atividades, pois se suspeita

que o comércio de animais seja feito há mais tempo, antes de forma irregular. Alguns comerciantes, e também alguns conservacionistas, iniciaram sua regularização no IBAMA após verificadas irregularidades. Com um trabalho de orientação, estes passaram a se legalizar e tornaram-se parceiros na conservação das espécies. De uma forma geral, optou-se pela escolha de um maior número de representantes com mais tempo de manejo devido justamente a sua larga experiência e a possibilidade de uma grande contribuição.

9 - Você conhece lugares de captura de animais?

() Não **Total: 9** () Sim **Total: 6**

Quais?

Foram citados locais diversos no Interior e mesmo na Região Metropolitana de Porto Alegre.

10 - E as vias de escoamento mais utilizadas para o tráfico de animais silvestres?

() Não **Total: 2** () Sim **Total: 12**

Quais?

Nota-se um maior conhecimento de vias e rotas do tráfico no Estado, em comparação com locais de captura. Praticamente todos os entrevistados citaram as rodovias como um via de escoamento principal utilizada pelo tráfico de animais silvestres.

11 - E lugares de venda ilegal de animais silvestres?

() Não **Total: 3** () Sim **Total: 12**

Quais?

A Região Metropolitana de Porto Alegre é citada como o grande mercado consumidor do tráfico, especialmente as pequenas agropecuárias.

Essas três perguntas estão relacionadas (9 a 11). Nota-se que os comerciantes, conservacionistas e amadoristas devido sua atividade, possuem um maior conhecimento sobre esses dados, em comparação com os científicos e zoológicos, fato este já esperado pelo pesquisador, por estarem mais próximos a essa dinâmica.

12 - Se você conhecesse um traficante, o que faria? Por que?

() Denunciaria **Total: 12** () Não denunciaria **Total: 3**

13 - Se ele fosse seu amigo ou familiar, como agiria? Por que?

() Denunciaria **Total: 10** () Não denunciaria **Total: 5**

Como esperado, algumas respostas se diferenciaram com relação à pergunta anterior

devido ao constrangimento em denunciar pessoas próximas.

14 - O que você pensa a respeito de quem compra animais silvestres sem origem legal?

() Deve ser denunciado **Total: 7** () Não deve () Outro **Total: 8**

Todos que citaram outro colocaram a educação ambiental como ferramenta a ser utilizada, utilizando termos diversos, mas todos com esse intuito.

15 - E quem ganha esses animais, o que deve fazer?

() Deve ser denunciado **Total: 2** () Não deve () Outro **Total: 13**. Educação Ambiental.

16 - E quanto a quem dá, o que deve ser feito?

() Deve ser denunciado **Total: 6** () Não deve () Outro **Total: 9**. Educação Ambiental.

Mais uma série de perguntas relacionadas (12 a 16). Também como era esperado em função do tipo de atividade desenvolvida temos uma postura um pouco diferente. Apenas os amadoristas disseram não denunciar casos de pessoas que vendem animais, visto que este é o grupo mais vulnerável ao tráfico e também de mais difícil controle, por existirem casos de pessoas dentro desta categoria que adotam tal prática. Outra comparação é o tipo de situação. Foram maior o número de citações de denúncias quando envolve a venda, diminuindo com relação a quem compra e bem menor quando comparado a quem ganha. Essa concepção certamente está relacionada à visão que a venda direta é considerada um crime de maior potencial.

Não houve dificuldade por parte dos entrevistados em responder essas questões, por mais delicadas que sejam, especialmente do ponto de vista ético.

Nas perguntas 14 a 16, embora não tenha sido citado não deve ser denunciado, esta resposta aparece de forma mais sutil em todos que responderam outros. A Educação Ambiental foi maciçamente considerada como a ferramenta a ser utilizada para combater a prática de comprar ou presentear as pessoas com animais de origem ilegal. Assim, há uma abertura e uma possibilidade de um trabalho conjunto entre o IBAMA e os criadores utilizando essa ferramenta no combate ao tráfico de animais.

17 - Numa ação fiscalizatória, você sabe quais os órgãos envolvidos nas diferentes etapas

e qual a atuação dos mesmos?

O IBAMA e a Brigada Militar, órgãos mais atuantes no estado, e por fazerem o trabalho de fiscalização ostensiva aparecem citados mais vezes, enquanto outras instituições importantes, como o Ministério Público não foram muito citados.

18 - O que pensa do trabalho destas instituições?

Nesta pergunta, notou-se um certo constrangimento dos entrevistados devido ao fato do pesquisador ser também servidor do IBAMA. Ainda assim, críticas foram feitas, demonstrando, possivelmente, a real posição dos entrevistados. Nota-se também uma visão diferente conforme a categoria. Os científicos avaliam mais positivamente, os comerciantes e amadoristas tem mais críticas. Os zoológicos e conservacionistas avaliam positivamente, mas com ressalvas. Nota-se que estas posições relacionam-se à posição destes em relação ao IBAMA. Atividades mais vulneráveis ao tráfico e que necessitam de maior controle possuem uma visão mais crítica em relação a atividades que tem uma cooperação maior com o IBAMA.

19 - Há integração entre as instituições?

Inicialmente, essa pergunta não foi tão bem compreendida, alguns responderam sua impressão sobre a integração e não se essa integração está presente. Já as respostas mostraram-se bem divididas em todas as categorias.

20 - Como isso reflete no combate ao tráfico?

A resposta dessa pergunta está diretamente relacionada a anterior.

21 - Como integrar as instituições?

As perguntas de 16 a 20 estão relacionadas. De uma forma geral, todos citaram a necessidade de reunir os órgãos responsáveis envolvidos e criar planejamentos e procedimentos conjuntos.

22 - Você conhece a legislação sobre o tráfico de animais silvestres?

23 - Conhece as penalidades?

Nas perguntas 22 e 23, as respostas são praticamente unânimes. Há um conhecimento, porém não aprofundado sobre a legislação e as penalidades. Um

questionamento decorrente deste é se este conhecimento básico já não seria suficiente para as atividades que são desenvolvidas, ou seria necessário um maior aprofundado? E nesse caso, qual o grau de aprofundamento?

24 - *Acredita que são eficazes?*

() Não **Total: 10** () Sim. **Total: 2** () Outro. **Total: 2**

Embora alguns entrevistados não souberam responder a pergunta, a maioria dos que responderam acreditam que as penalidades não são eficazes e que, conforme a pergunta 25 e 26, devem se tornar mais duras e/ou mais aplicáveis.

25 – *Como tornar as penas mais eficazes?*

Quatro entrevistados responderam que as penas devem ser aumentadas, duas respostas apareceram para a prisão imediata dos reincidentes e para a prestação de serviços nos criadouros e zoológicos como transação penal e outras respostas para mudança no sistema de multas.

26- *Cite as principais dificuldades para combater o tráfico de animais silvestres. Quais suas sugestões para um combate mais eficaz dessa prática?*

Dentre os principais problemas apontados, apareceram: a fiscalização negligente ou ineficaz e problemas de infra-estrutura dos órgãos fiscalizadores (3); falta de pessoal nos órgãos, problemas na manutenção dos animais apreendidos, falta de consciência individual e contradições do Poder Judiciário (às vezes manda devolver os animais apreendidos) (2 respostas); além de problemas sócio-econômicos (1).

Já as sugestões foram: educação ambiental (8); incentivo às criações legalizadas (4); reforço da fiscalização e melhor treinamento (1 cada).

Muitas sugestões surgiram após o momento formal da entrevista, durante o bate-papo pós-entrevista. Nota-se muitas citações de um trabalho de Educação Ambiental como sugestão, inclusive foram levantadas críticas pelo fato deste trabalho ainda não vinha sendo desenvolvido.

Segundo o setor de Fiscalização do IBAMA no Rio Grande do Sul, só se pode caracterizar tráfico de animais quando há uma rede envolvida, que vai desde a captura, passando pelo atravessador, transportador, distribuidor (a mesma pessoa pode fazer alguns ou todos esses papéis), comerciante e comprador. O tráfico no Rio Grande do Sul segue duas rotas principais: Uma que vem das fronteiras Sul e Oeste, transportando animais da

Argentina e Uruguai para o Brasil, em direção a São Paulo e Minas Gerais; e no sentido contrário, ou seja vem de outras regiões do país, passa por São Paulo, chega ao Rio Grande do Sul e vai até a Argentina e Uruguai. Ou seja, o estado é uma rota de tráfico internacional e o maior volume em dinheiro segue essas duas rotas. A outra rota envolve principalmente o transporte de Passeriformes, dentro do RS, vindo do interior para a Região Metropolitana, são utilizadas as rodovias como principais meios de escoamento, e os caminhões como transporte. Nessa modalidade há o envolvimento de quadrilhas especializadas que vivem do tráfico.

Há uma segunda etapa do tráfico, que envolve o “esquentamento” dos animais, ou seja, dar uma fachada legal à criação ilegal. A principal forma tem sido a clonagem de anilhas por criadores registrados no IBAMA. A clonagem diferencia-se da falsificação, por colocar copiar uma identificação existente dentro do Sistema Informatizado do IBAMA, o SISPASS². Outra forma de “esquentar” faz-se através de alguns comerciantes que utilizam vários artifícios, como comprar alguns animais legalizados com outros ilegais, manter animais de criadores amadoristas (o que não é permitido), etc.

Com relação à dinâmica do tráfico, nota-se uma certa concordância entre os entrevistados e a visão da Fiscalização. Ambos concordam que o tráfico funciona em uma rede, e com as pessoas atuando em papéis diferenciados. A função de quem trafica, de quem transporta, de quem vende e de quem compra é visto de forma diferente. Há uma concordância de alguns entrevistados que a compra estimula a rede, uma vez que o tráfico funciona como mecanismo de mercado (quanto maior a demanda, há um estímulo a oferta).

Também há uma percepção semelhante quanto à rota do tráfico no Rio Grande do Sul, embora não detalhada pelos entrevistados. De um modo geral, os animais vem principalmente das fronteiras Oeste e Sul para Porto Alegre, ou saem do estado rumo a São Paulo. A mesma forma de transporte foi igualmente apontada por entrevistados e pela fiscalização, as rodovias, especialmente os caminhões.

Reunião Diagnóstico Participativa

Durante uma manhã foi realizada no Auditório do IBAMA no Rio Grande do Sul, foi realizada a Reunião. Após um primeiro momento de apresentação, discutiram-se os resultados das entrevistas. O momento posterior foi de Delineamento do Plano Estadual de

Educação Ambiental da Campanha Nacional de Combate ao Tráfico, conforme o quadro abaixo.

Quadro: Ações Prioritárias da Campanha Nacional de Combate a Fauna no Rio Grande do Sul.

ACÇÕES	ESTRATÉGIAS	RESPONSÁVEIS	PÚBLICO-ALVO	METODOLOGIA
- Divulgação da Campanha Nacional de Combate ao Tráfico no RS	- Na mídia / Informação ao público em geral - Divulgação pelos parceiros nos locais e na Internet (ver necessidade de autorização) - Plano de divulgação entre os criadores conservacionistas	- IBAMA, conservacionistas, zoológicos, comerciantes, ONGs, etc. - IBAMA sede (autorização e diretrizes); conservacionistas, comerciantes, zoológicos, ONGs, etc. - Criadores conservacionistas	- Público em geral, “possíveis consumidores” do tráfico de animais - Escolas	- Em sites - Criar uma chamada publicitária - Informação visual (fotos, exposições, etc.) - Transação penal (transformação das penas em benefício da campanha) - Agendas conjuntas - Reunião

A principal discussão girou em torno da divulgação da campanha no estado. Salientou-se a necessidade de uma ampla divulgação, inclusive nos meios de comunicação em massa. Entretanto, alertou-se para as possíveis dificuldades e a necessidade de compartilhar essa ação. O IBAMA enfrenta alguns tipos de dificuldades nessa área: financeiras; burocráticas; pouco espaço para o IBAMA na mídia e “parcialidade” da imprensa (a mídia, apesar de uma pretensa imparcialidade, de fato sempre foi e permanece sendo parcial em seus critérios de escolhas de reportagem, edições, etc. Já se verifica há algum tempo que o IBAMA não tem um forte apelo midiático, exceto por seu caráter fiscalizatório e policialesco, muitas vezes interpretado somente pelo lado negativo); e outros espaços de comunicação. Muitas pessoas acabam formando seus conceitos não só através dos comunicados oficiais, mas muitas vezes, se não na maioria, através dos espaços informais. Novamente, as parcerias são fundamentais pois as categorias tem acesso a

pessoas e informações que muitas vezes não chegam ao órgão oficial.

Entre os criadores conservacionistas sentiu-se a necessidade de criar um plano específico para a divulgação da campanha junto ao seu público-alvo, principalmente escolas. Alguns já trabalham há bastante tempo com Educação Ambiental, sendo importante a troca de conhecimentos e definição de alguns pontos em comum entre estes e o IBAMA. Particularmente, acredita-se que esses parceiros são fundamentais, pois possuem uma larga experiência nesse tipo de ação, tendo muito a ensinar aos técnicos do IBAMA. Além disso, tem um alcance bem amplo e uma linguagem adequada ao público-alvo. Também não tem as restrições que possuem um órgão estatal de caráter fiscalizador, os atores sociais interagem com essa categoria de forma mais aberta e sincera que o fariam com o órgão governamental. Aliás, uma das primeiras das estratégias apontadas será justamente definir as metodologias específicas a serem utilizadas pelos conservacionistas, visto que eles já estão realizando campanhas educativas de combate ao tráfico de animais, e um apoio institucional do IBAMA daria ainda maior crédito e visibilidade a ambos.

Outras propostas ainda foram citadas e/ou pensadas. Uma delas é a criação de um blog com as discussões que foram levantadas de forma a ampliar a discussão com outros atores. A aplicação das entrevistas em forma de questionário pelos parceiros (conservacionistas, zoológicos, comerciantes, clínicas veterinárias, etc.) é outra possibilidade. Este pode ser um método de levantamento estatístico junto ao público em geral, onde poder-se-ia apontar outros pontos a serem trabalhados durante a campanha. Nesse caso, todavia, deve-se antes discutir com os atores envolvidos a própria estrutura do questionário, reconstruindo-se esse instrumento de forma democrática.

Finalmente, colocou-se a necessidade da realização de uma nova reunião de avaliação desta primeira etapa e ampliação das ações. Nesta outros atores deverão ser convidados e um enfoque maior deve ser dado à discussão das ações.

Considerações finais

Analisando-se o tráfico de animais num contexto geral, verifica-se que são necessárias três frentes de trabalho prioritárias: locais para destinação dos animais apreendidos; reforço dos trabalhos de fiscalização, monitoramento e controle, com um

maior respaldo legal e penalização do tráfico; e um amplo trabalho de educação ambiental para trabalhar nas causas do problema, repensando a cultura e os valores associados ao tráfico. Como num processo de Gestão Ambiental, a verdadeira eficácia do trabalho só se quando atingidas as causas dos problemas, acredita-se que a Educação Ambiental é a melhor arma para o combate ao tráfico de animais silvestres no Brasil, e especialmente no Rio Grande do Sul. A educação Ambiental exige poucos recursos financeiros, em comparação com as demais necessidades; deve atingir todos os envolvidos e ser feita com ampla participação de todos eles. Embora seus resultados são visíveis somente a partir de um médio prazo, seus resultados são permanentes, pois tem um efeito espiral, que atinge comunidades, opinião pública e autoridades (também se realiza no caminho inverso). Além disso, a Educação Ambiental é capaz de questionar os valores e paradigmas associados ao tráfico de fauna. Enfim, a EA é ferramenta fundamental numa eficiente e eficaz gestão ambiental da fauna silvestre.

Pode-se afirmar que o objetivo geral foi atingido, sabendo-se da limitação deste trabalho, o qual é apenas uma primeira aproximação com relação ao problema, sendo necessário ampliar esse diagnóstico que, embora bem conhecido sob o aspecto empírico, necessita de maiores levantamentos de dados, principalmente quantitativos, para confirmar esse diagnóstico. Quanto aos objetivos específicos, a percepção e a criação de uma rede foram atingidos junto ao público-alvo da primeira amostragem, sendo necessário ampliar esse mesma dinâmica junto a outros públicos. Quanto ao plano de ações, após o quadro inicial elaborado, é possível e necessário a ampliação, continuidade e avaliação das ações.

Uma das principais características metodológicas deste projeto está na originalidade. Não se conhecem, até o momento, algum trabalho que tenha utilizado estas técnicas com esta temática. Nesse sentido, necessita-se que outros autores possam produzir novos trabalhos nessa mesma linha. Cabe reflexões quanto à imparcialidade do pesquisador, pois embora este procurou adotar o estranhamento perante aos entrevistados, o fato deste também ser servidor de órgão envolvido com o controle do tráfico de animais faz com que haja um posição um pouco defensiva dos entrevistados. O pesquisador também admite a inexperiência com os métodos qualitativos. De qualquer forma, crê-se que neste trabalho: procurou-se evitar opiniões pessoais do pesquisador, mas compreender as posições dos entrevistados; focando o máximo de credibilidade das informações; os

métodos adotados podem ser replicados em situações similares; bem como é possível que os resultados alcançados em contexto semelhante. Também é necessário a construção de métodos mais claros para a realização de diagnósticos participativos em diferentes contextos, há apenas propostas apresentadas em cada caso.

Dentre as recomendações para trabalhos posteriores, uma das maiores expectativas é justamente a continuidade das ações educativas com um foco correto e a partir de diagnósticos situacionais. Muitos outros dados precisam ser levantados e devem ser feitos em trabalhos mais específicos. Outra sugestão já apontada é um levantamento junto a amostragens maiores, do ponto de vista quantitativo, e com públicos maiores e mais heterogêneos. Contudo, acredita-se muito em levantamentos qualitativos relacionados a este tema, por ser capaz de captar percepções que por vezes não são captáveis em testes estatísticos. A sensibilização deve abranger diferentes públicos em diferentes contextos e se apropriando dos métodos e ferramentas adequadas a cada situação. Já estão sendo pensadas estratégias para palestras com escolas, com o Judiciário, com a mídia, com as associações de criadores de pássaros, e há ainda muitos outros públicos e contextos. O importante é que se inicie um trabalho mais sistematizado, não somente uma educação ambiental do “fazer pelo fazer”, mas buscando realmente públicos mais suscetíveis e ações mais planejadas. A continuidade também é fundamental, pois muitos projetos pontuais já foram lançados e é preciso que tais iniciativas não se percam.

Algumas outras linhas de pesquisa, em diferentes áreas, podem se apropriar do problema do tráfico de animais e ampliar a compreensão sobre o tema, por exemplo: Quais as concepções psicológicas das diferentes categorias? O que e como pensa quem possui animais em cativeiro, tanto de forma legal quanto ilegal? Quais os padrões de comportamento por trás dessas escolhas? Do ponto de vista sociológico e antropológico, quais os modelos sociais que permeiam essas diferentes escolhas. E do ponto de vista jurídico, até que ponto as leis são adequadas? E sua aplicação? E como tornar mais efetiva essa aplicação, diminuindo a diferença entre a teoria e a prática? E do ponto de vista da educação ambiental: que outras concepções e metodologias podem ser utilizadas para ajudar no combate ao tráfico? Enfim, devido ao ineditismo deste tipo de trabalho, há muito que se estudar, e espera-se que este projeto tenha contribuído para novas reflexões sobre o tráfico de animais e a educação ambiental.

REFERÊNCIAS

- AKELLA, ORLANDO, ARAÚJO & CANNON. **O Fortalecimento da Defesa contra Crimes Ambientais: Análise Econômica do Sistema de Implementação Legal na Mata Atlântica do Brasil**. MEGADIVERSIDADE: Volume 2, Nº 1-2, Dezembro 2006.
- BARBOUR, Ian G. **Quando a Ciência Encontra a Religião: Inimigas, Estranhas ou Parceiras?** São Paulo: Cultrix, 2004.
- BOFF, Leonardo. **Dignitas Terrae - Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. **Carta da Terra: um novo reencantamento?** Disponível em: <http://leonardoboff.com/site/lboff.htm>. Publicado em 16 de dezembro de 2005. Acesso em: maio de 2009.
- _____. **É urgente rever os fundamentos**. Disponível em: <http://leonardoboff.com/site/lboff.htm>. Publicado em 27 de fevereiro de 2008. Acesso em: maio de 2009.
- BONFANTI, Tatiane; MEURER, Claudete; MARTINEZ, Jaime; PRESTES, Nêmora Pauletti. **A captura de papagaios: espécies encontradas em cativeiro no norte e nordeste do Rio Grande do Sul**. In: PRESTES, Nêmora e MARTINEZ, Jaime (org.). *Biologia da Conservação: estudo de caso com o papagaio-charão e outros papagaios brasileiros*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005. Universidade Católica de Santos.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIOVANINI, Dener. **Vida silvestre: o estreito limiar entre preservação e destruição: Apresentação**. RENCTAS, 2006.
- GOMES, Willian B. **As Aplicações Sociais da Pesquisa Qualitativa**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v.2, n.1/2, p3-14, 1987. Disponível em: <http://www.psicologia.ufrgs.br/nepf/a1987a.htm>. Acesso em abril de 2008.
- GONÇALVES, Carlos Walter. **Um pouco de filosofia no meio ambiente**. In: QUINTAS, J. (org.) *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Ed. IBAMA, 2000.
- _____. **Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade**. In: QUINTAS, J. (org.) *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Ed. IBAMA, 2000.
- GRUN, Mauro. **Uma discussão sobre valores éticos em Educação Ambiental**. In: *Educação e Realidade*, 19(2):171-198, 1994.
- LARANJEIRA, Carlos Antônio. **A análise psicossocial do jovem delinqüente: uma revisão da literatura**. DOSSIÊ - PSICOLOGIA E ADOLESCÊNCIA. Psicologia em Estudo. Vol.12, no.2, Maringá: 2007. Disponível: www.scielo.br.
- LIMA, Juvêncio Braga de. **Pesquisa qualitativa e qualidade na produção científica em administração de empresas**. Associação Nacional de Pesquisa em Pós-graduação em Administração. Disponível: <http://www.anpad.org.br/enanpad/1999/dwn/enanpad1999-org-47.pdf>. Acesso em abril de 2008. ?
- LIMA, Rauff. **O tráfico de animais silvestres**. In: *Vida silvestre: o estreito limiar entre preservação e destruição*. RENCTAS, 2006.
- LOPES, José Carlos. **O Tráfico Ilegal de Animais Silvestres no Brasil**. Disponível em:

<http://www.jardimdeflores.com.br/ECOLOGIA/A07silvestres.htm>. Acesso em abril de 2008.

MACHADO, Angelo B. M.; DRUMMOND, Gláucia M. E PAGLIA, Adriano P. **Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção**. Biodiversidade 19. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

MARTINEZ, Jaime; PRESTES, Nêmora; REZENDE, Éllinton e RODRIGUES, Viviane. **Estratégias conservacionistas para o papagaio-charão (*Amazona petrei*)**. In: PRESTES, Nêmora e MARTINEZ, Jaime (org.). *Biologia da Conservação: estudo de caso com o papagaio-charão e outros papagaios brasileiros*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Universidade de São Paulo Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 287-298, maio/ago. 2004. ?

MININNI, Naná M. **Amazônia, uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental**. Brasília: IBAMA. 1994.

MININNI, Naná M. **A Construção do Conhecimento: Implicações na Educação Ambiental**. In: Série Meio Ambiente em Debate. Brasília: IBAMA, 1997.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3 ed. Brasília: Edições MMA, 2005.

[.Carta da Terra.](#)

[Disponível:](#)

http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf. Acesso em julho de 2009.

[MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. IN: Dossiê Crime Organizado: Revista Estudos avançados v.21 n.61 São Paulo, 2007.](#)

NACONENCY, Carlos M. **Ética & Animais: Um guia de argumentação filosófica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

NOBRE, Marcos e AMAZONAS, Maurício C. **Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

OLIVEIRA, Elísio Márcio de. **Cidadania e Educação Ambiental: Uma Proposta de Educação no Processo de Gestão Ambiental**. Brasília: IBAMA, 2003.

PADRONE, José Maurício de Brito. **O comércio ilegal de animais silvestres: Avaliação da questão ambiental no estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado (Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, 2004.

PELIZZOLI, M. L. **A emergência do paradigma ecológico: Reflexões ético-filosóficas para o século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PEREIRA, Pablo. **Um crime que passa despercebido: O tráfico de animais silvestres é responsável pela morte e tortura de 12 milhões de animais brasileiros e põe em perigo florestas e outros ecossistemas**. Revista Galileu, edição 186, jan 2007. Seção Ambiente. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ECT491565-1939,00.html>.

QUINTAS, José S. **Introdução À Gestão Ambiental Pública**. Brasília: Edições Ibama, 2002.

_____. **Por uma Educação Ambiental emancipatória: Considerações sobre o processo do educador para atuar no processo de gestão ambiental**. In: QUINTAS, J. (org.) *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Ed. IBAMA, 2000.

RENTAS. **1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre**. Acesso: www.rentas.org.br. 2001.

_____. **Animais Silvestres: Vida a Venda**. Brasília: 2ª edição, 2003.

RIBEIRO, Rogério R. **Corredor Central: Perfil dos Municípios com Ocorrência de Tráfico de Animais Silvestres**. In: Vida silvestre: o estreito limiar entre preservação e destruição. RENTAS. 2006.

SATO, Michèle; SANTOS, José Eduardo. **Tendências nas pesquisas em educação ambiental**. In: NOAL, F.; BARCELOS, V. (Orgs.) Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 253-283.

SOUZA, Marli Olina de. **Perfil do Traficante de Animais**. Porto Alegre, julho de 2008, 3p. Trabalho não publicado.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. **Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito**. Estudos avançados da USP, v.21 n.61 São Paulo set./dez. 2007.

THOILLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 16. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

UNESCO. Educação para um Futuro Sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: IBAMA, 1999.